

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Liberal*

Class.: 224

Data: 16 de agosto de 1987

Pg.: _____

⁴⁴⁶⁸ CIMI rechaça denúncias e acusa órgãos do Governo

Manaus (AG) — Não é o Cimi que vem agindo em benefício de grupos estrangeiros, mas sim alguns órgãos do próprio governo, como o DNPM e o Incra, segundo declaração do coordenador regional do Cimi, Guenter Francisco, acrescentando que "o DNPM já autorizou 215 alvarás de pesquisa em áreas indígenas a grupos multinacionais, representando 40 por cento de todos os alvarás já expedidos para essa finalidade".

Entre as áreas liberadas, Guenter Francisco apontou anteontem a reserva dos Waimiri-Atroari, num total de 1.800.000 quilômetros quadrados, toda requerida por 11 empresas, entre as quais se encontra a Brascam, de capital multinacional. Assim como a Brascam, atuam na Amazônia também a Manasa, a Volkswagen e a Shell, que receberam títulos de terra do Incra, sustenta o coordenador do Cimi, indagando diante deste quadro: "Como nós poderíamos estar beneficiando grupos estrangeiros"?

O coordenador regional do Cimi confirmou a intenção da Igreja através da CNBB, de entrar com ação na Justiça para processar o jornal "O Estado de São Paulo", diante das denúncias por ele consideradas infundadas e difamatórias. Segundo Guenter Francisco, as publicações fazem parte de uma

campanha que procura derrubar a prévia decisão da Constituinte sobre a exploração de minério em áreas indígenas, pela qual a pesquisa e a lavra de minérios será feita exclusivamente pela União. "Desta maneira, nenhuma empresa, seja nacional ou multinacional, teria o direito de trabalhar em território indígena" explicou o assessor jurídico do Cimi, Felisberto Damasceno.

Enquanto isso, o superintendente regional da Funai, Sebastião Amâncio, assegurava aos jornalistas já ter conhecimento desde 1984, através de jornais venezuelanos, de denúncias feitas contra o Conselho Indigenista Missionário, de estar envolvido numa campanha internacional para separar parte da Amazônia do resto do Brasil, afirmou que a Igreja estava contra os interesses de grupos nacionais na exploração de minério nas áreas indígenas.

Amâncio considerou absurda a interferência internacional na questão indígena e esclareceu não ser contrário ao trabalho do Cimi, mas sim contrário a qualquer pessoa que trabalha nas terras indígenas com interesses úteis a estrangeiros. Reconheceu, inclusive, a existência, dentro do Cimi, de pessoas que segundo ele têm prestado excelente trabalho aos indígenas.